

# Plano de Uso Público como Ferramenta de Gestão para Unidades de Conservação: Estudo de caso do Parque Nacional de São Joaquim/SC, Brasil

Ana Luiza Castelo Branco Figueiredo, Paulo Santi Cardoso da Silva, Paulo Eduardo Pereira Faria,  
Roberta Dayane da Cunha Barbosa, Serena Reis & Michel Tadeu R. N. de Omena

Recebido em 29/04/2021 – Aceito em 31/08/2021

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio, Brasil. <ana.figueiredo@icmbio.gov.br, paulo.santi@icmbio.gov.br, paulo.faria@icmbio.gov.br, roberta.barbosa@icmbio.gov.br, serena.reis@icmbio.gov.br, michel.omena@icmbio.gov.br>

**RESUMO** – O Parque Nacional de São Joaquim (PNSJ) abrange uma área de 49.800ha; criado com objetivo de preservar fitofisionomias do bioma Mata Atlântica. O PNSJ possui características ambientais de transição montanha- litoral que conferem a essa unidade de conservação (UC) paisagens únicas e diversificadas, privilegiando-a para o desenvolvimento do uso público (UP). Esse artigo relata o processo e o método adotados na elaboração do Plano de Uso Público (PUP) do PNSJ, plano este que se constitui em importante ferramenta para a gestão e ordenamento da UC. Neste trabalho, os gestores adotaram uma postura de observação participante, integrando e interagindo com a Câmara Técnica de UP (CTUP), criada no âmbito do Conselho do parque com o propósito de discutir as questões de UP. Como resultados, a gestão conta com um PUP objetivo e factível, em que foram definidas áreas prioritárias para ordenamento da visitação nos próximos anos, atendendo à demanda crescente pela ampliação e diversificação de oportunidades a serem oferecidas. Acrescenta-se ainda, que a elaboração participativa do PUP conferiu legitimidade e resultou em um documento que reflete o ponto de vista da gestão e dos diversos atores locais. Este trabalho relata o processo de elaboração do PUP, descrevendo o método adotado pela gestão do PNSJ e o caminho percorrido pelos integrantes da CTUP até a elaboração do documento final; trata-se de um registro de processo, que pode vir a contribuir com a condução de iniciativas semelhantes em outras UCs. Dessa forma, estabeleceu-se uma rede de colaboradores que, ao final do processo, se comprometeu também com ações posteriores relativas à implementação das áreas de visitação priorizadas.

**Palavras-chave:** Governança; conselho consultivo; visitação; turismo.

## Public Use Plan as a Management Tool for Units of Conservation: Case Study of the São Joaquim National Park/Santa Catarina, Brazil

**ABSTRACT** – The São Joaquim National Park (PNSJ) covers an area of 49,800 hectares, created with the objective of preserving forests typical of the Atlantic Forest biome. The PNSJ has environmental characteristics of mountain - coast transition that give this Unit of Conservation (UC) unique and diversified landscapes, privileging this UC for the development of Public Use (PU). This article reports the process and method adopted in the preparation of the PNSJ Public Use Plan (PUP), a plan that constitutes an important tool for the management and ordering of the PU of a UC. In this work, the managers adopted a participant observation posture, integrating and interacting with the PU Technical Chamber, created within the scope of the park's Council with the purpose of discussing the PU issues. As a result, management has an objective and feasible PUP, in which priority areas have been defined for ordering visitors in the coming years, meeting the growing demand for the expansion and diversification of opportunities to be offered. It is also added that the participatory elaboration of the PUP gave legitimacy to the work and resulted in a document that reflects, not only the point of view of management, but of several local actors. In this way, a network of employees was established who, at the end of the process, also committed themselves to further actions related to the implementation of the priority visitation areas. This work reports the process of elaboration of the PUP, describing the method adopted by the management of the PNSJ and the path taken by the members of the CTUP until the elaboration of the final document; it is a record of a process that could contribute to the carrying out of similar initiatives in other UCs.

**Keywords:** Governance; advisor council; visitation; tourism.

## Plan de Uso Público como Herramienta de Gestión de Áreas Protegidas: Un Estudio de Caso del Parque Nacional São Joaquim/ Santa Catarina, Brasil

**RESUMEN** – El Parque Nacional São Joaquim (PNSJ) cubre un área de 49.800 hectáreas, creada con el objetivo de preservar las fito-fisionomías del bioma Mata Atlántica. El PNSJ posee características ambientales de transición montaña - costa que le otorgan a esta Unidad de Conservación (UC) paisajes únicos y diversificados, privilegiándolo para el desarrollo de Uso Público (UP). Este artículo da cuenta del proceso y método adoptado en la elaboración del Plan de Uso Público (PUP) del PNSJ, plan que constituye una importante herramienta para la gestión y planificación de la UC. En este trabajo, los gestores adoptaron una postura de observación participante, integrándose e interactuando con la Cámara Técnica de UP (CTUP), creada en el ámbito del Consejo del Parque con el objetivo de discutir los temas de UP. Como resultado, la gestión cuenta con un PUP objetivo y factible, en el cual se definieron áreas prioritarias para la planificación de visitas en los próximos años, atendiendo la creciente demanda de ampliación y diversificación de oportunidades de ofrecer hacia los turistas. También se agrega que la elaboración participativa del PUP confirió legitimidad y resultó en un documento que refleja el punto de vista de la gestión y de los diversos actores locales. Este trabajo relata el proceso de elaboración del PUP, describiendo el método adoptado por la dirección del PNSJ y el camino recorrido por los integrantes de la CTUP hasta la elaboración del documento final; es un registro de un proceso que puede contribuir a la realización de iniciativas similares en otras UC.

**Palabras clave:** Gobernanza; consejo consultivo; visitación; turismo.

### Introdução

O uso público é uma importante ferramenta de conservação da natureza e aliado estratégico da proteção das áreas protegidas (Magro *et al.*, 2007). Administrativamente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão gestor das áreas protegidas federais no Brasil (Brasil, 2007), aborda o uso público estritamente como visitação, que consiste na utilização das áreas protegidas com fins recreativo, desportivo, educacional, cultural ou religioso, entre outras formas de utilização indireta dos recursos naturais e culturais (ICMBio, 2018). A presença do visitante, assim como de pesquisadores e voluntários do uso público, auxilia no monitoramento das atividades e colabora para inibir as práticas ilícitas que podem ocorrer nas áreas protegidas. Além disso, o uso público proporciona ao visitante a oportunidade de entrar em contato com os ambientes naturais, compreender a importância da conservação e criar vínculos com as áreas protegidas e sua biodiversidade. Sensibilizados, os visitantes se apropriam desses espaços e podem se transformar em aliados e defensores da conservação da natureza (Crema & Faria, 2020). Ademais, áreas protegidas com maior visibilidade estão menos sujeitas a processos de diminuição de tamanho, recategorização e até de desafetação (Correia *et al.*, 2018).

Segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), uma área protegida é: “... um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, com objetivo específico e manejado através de meios eficazes, sejam jurídicos ou de outra natureza, para alcançar a conservação da natureza no longo prazo, com serviços ecossistêmicos e valores culturais associados” (IUCN, 2008).

No Brasil, o conceito de áreas protegidas abrange, além das unidades de conservação (UCs) estabelecidas pela Lei n. 9.985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) (Brasil, 2000), áreas tais como as áreas de preservação permanente e reservas legais previstas no Código Florestal (Lei n° 12.651/2012) (Brasil, 2012) além das terras indígenas (Brasil, 1988).

Tanto na definição de categoria dada pela IUCN (2008), quanto na Lei n° 9.985/2000 (Brasil, 2000), parques nacionais possuem o propósito de promover a preservação de ecossistemas naturais e possibilitar a realização de atividades de educação e interpretação ambiental, pesquisa, recreação em contato com a natureza e ecoturismo.

O Parque Nacional de São Joaquim (PNSJ) foi criado em 06/07/1961, pelo Decreto Federal n° 50.922, assinado pelo então presidente Jânio Quadros (Brasil, 1961), e teve seus limites redefinidos em 2016, pela Lei Federal n° 13.273 (Brasil, 2016).

A área do PNSJ contempla fitofisionomias típicas do bioma Mata Atlântica. Na parte alta, no planalto sul catarinense, existem as Matas de Araucárias (Floresta Ombrófila Mista), as Matinhas Nebulares e os Campos de Altitude. Na parte de “serra abaixo”, ou seja, planície litorânea e encostas, têm-se Florestas ou Matas de Encostas (Floresta Ombrófila Densa) (Castillho *et al.*, 2014).

As características ambientais da transição montanha-litoral conferem ao PNSJ paisagens únicas e diversificadas, como: cânions, vales, cachoeiras, penhascos, montanhas e outras formações geológicas e sítios históricos que tornam essa unidade de conservação um espaço privilegiado para desenvolvimento de ações de uso público, especialmente com fins recreativos.

O Plano de Manejo (PM) do PNSJ foi elaborado de forma participativa, a partir de uma adaptação da abordagem do *Foundation Document* ou documento alicerce, do Serviço de Parques Nacionais (NPS) dos Estados Unidos da América (EUA), que resultou no método de elaboração e revisão de planos de manejo do ICMBio (D’Amico *et al.*, 2018). O PM foi publicado em 2018 pela portaria nº 811, de 21 de setembro (ICMBio, 2018) e, enquanto documento norteador da gestão, indica como prioritárias diversas ações para o desenvolvimento do uso público na UC, dentre as quais a elaboração do Plano de Uso Público (Omena *et al.*, 2020).

O Parque possui um Conselho Consultivo constituído e atuante desde 2011, ano em que foi publicada a Portaria de sua criação, nº 46, de 30 de junho (ICMBio, 2011). Em julho de 2017, durante a 18ª reunião desse fórum, foi constituída, no âmbito do Conselho, a Câmara Técnica de Uso Público (CTUP), com vistas a qualificar e ampliar as discussões sobre o uso público no PNSJ.

Realiza-se no PNSJ o monitoramento da visitação em seu principal ponto turístico, o mirante do Morro da Igreja, de onde se avista o momento natural denominado Pedra Furada, que atrai milhares de visitantes todos os anos. Esse atrativo transformou a UC em uma das mais procuradas do país, figurando por anos entre os dez parques nacionais mais visitados do Brasil (Omena *et al.*, 2020).

Além da visitação ao mirante do Morro da Igreja/Pedra Furada, existem, atualmente, cinco outras áreas abertas à visitação: Trilha da Pedra Furada; Trilha Nascentes do Rio Pelotas, Circuito

de trilhas no Recanto Santa Bárbara, Trilha do Morro Comprido e Trilha do Rio do Bispo. Como alternativa para circuito motorizado ou de bicicleta, há também a Estrada de Santa Bárbara, que cruza belas paisagens de campos de altitude naturais presentes no PNSJ.

As possibilidades de visitação atualmente ofertadas são mínimas, quando se considera o imenso potencial e a extensão do parque, além da crescente demanda pela diversificação das trilhas, atrativos e atividades oferecidas (caminhadas de curta e longa distância, atrativos para contemplação, cicloturismo, cavalgadas, escalada, entre outros). Destaca-se ainda a demanda por eventos esportivos, de bicicleta ou a pé. Cita-se como exemplo o Desafrio, corrida de aventura mais antiga da região, que é realizada há 16 anos na UC e conta com mais de 700 atletas por ano.

Ressalta-se também o entendimento da gestão do parque de que ampliar e ordenar a visitação em áreas distintas da UC promoverá uma maior valorização desta pela sociedade; potencializará as oportunidades de realização de ações de educação e interpretação ambiental; aproximará a comunidade do entorno e, portanto, ampliará a rede de parceiros atuantes e sensibilizados sobre a importância de sua preservação. Ademais, tem-se o ecoturismo como um segmento importante do turismo, que nas últimas décadas tem exercido um papel relevante na economia. Um estudo realizado pelo ICMBio sobre a importância do turismo nas UCs reforçou que os impactos econômicos do turismo afetam diretamente a gestão das UCs e os empreendimentos turísticos, mas afetam também, indiretamente, outros tipos de negócios e comunidades locais, mostrando que, para cada R\$ 1 investido no ICMBio, produziram-se R\$ 15 em benefícios econômicos para o Brasil (Souza & Simões, 2019).

Outro aspecto determinante para a elaboração do PUP era a necessidade de se definirem diretrizes complementares às do Plano de Manejo e, portanto, subsidiar e respaldar as decisões da gestão relativas à visitação, em um contexto desafiador, no qual a visitação ocorre de forma irregular em diversas áreas do território abrangido pela UC, sobretudo em áreas ainda não regularizadas. Pelo exposto, logo após a publicação do Plano de Manejo do PNSJ, em 2018, a gestão priorizou o início dos trabalhos de elaboração do PUP, em parceria



com as instituições e representações integrantes da Câmara Técnica de Uso Público do Conselho Consultivo. O PUP define as áreas prioritárias para ordenamento da visitação, bem como as ações estratégicas e diretrizes voltadas à estruturação e impulsionamento do Uso Público nessa UC.

Os planos de uso público, elaborados conforme a publicação técnica “Orientações metodológicas para elaboração de planos de uso público em unidades de conservação federais” (Crema & Faria, 2019), são documentos técnicos não-normativos e essencialmente programáticos que contemplam as estratégias, diretrizes e prioridades de gestão. São elaborados de forma a atender as necessidades e prioridades das unidades de conservação, considerando as distintas categorias, objetivos, realidades e complexidades de gestão, com foco primário em diversificar oportunidades de usos e negócios e desenvolver as vocações turísticas e recreativas da unidade. Trata-se de documento cuja abordagem considera o pressuposto de planejamentos contínuos, de acordo com as necessidades de gestão da UC, resultando em um conjunto de produtos de planejamento subsequentes que compõem seu portfólio, como projetos de manejo de trilhas ou protocolos técnicos, por exemplo.

Ainda, esse roteiro apresenta como diretrizes para o processo de elaboração:

*“I. Envolver as instâncias locais de governança da UC (conselhos, câmaras temáticas, etc.) no processo de elaboração ou revisão dos planejamentos de uso público; II. Promover a participação ou a consulta aos representantes do setor público, da comunidade, do setor de turismo, da pesquisa, entre outros, no processo*

*de elaboração ou revisão do documento, contribuindo com a troca de informações, o alinhamento de políticas públicas e a harmonização de interesses.” (Crema & Faria, 2019).*

Portanto, ao se planejar a elaboração do PUP, a participação dos membros do Conselho Consultivo, como uma ferramenta de governança ambiental (Bennet & Satterfield, 2018), foi considerada essencial pelos gestores do parque. As câmaras técnicas, criadas no âmbito dos Conselhos, são constituídas com objetivo de promover discussões técnicas para subsidiar as decisões da gestão em assuntos mais complexos (ICMBio, 2014). Em parques nacionais estadunidenses, ações colaborativas que ocorrem nos conselhos refletem positivamente na gestão das UCs, estreitando a relação entre sociedade e gestores (Foster, 2020).

O presente artigo apresenta, portanto, a descrição sobre o processo de elaboração do Plano de Uso Público do Parque Nacional de São Joaquim, discorrendo tanto sobre os aspectos técnicos que nortearam a elaboração do documento, quanto sobre aspectos relacionados à participação social neste processo.

## Materiais e Método

### Área de estudo

O Parque Nacional de São Joaquim tem 49.800ha e abrange 5 municípios do estado de Santa Catarina, a saber: Bom Jardim da Serra, Urubici, Orleans, Lauro Müller e Grão-Pará, sendo os dois primeiros na parte superior da Serra Geral e os demais na inferior, conhecida como “serra abaixo”.

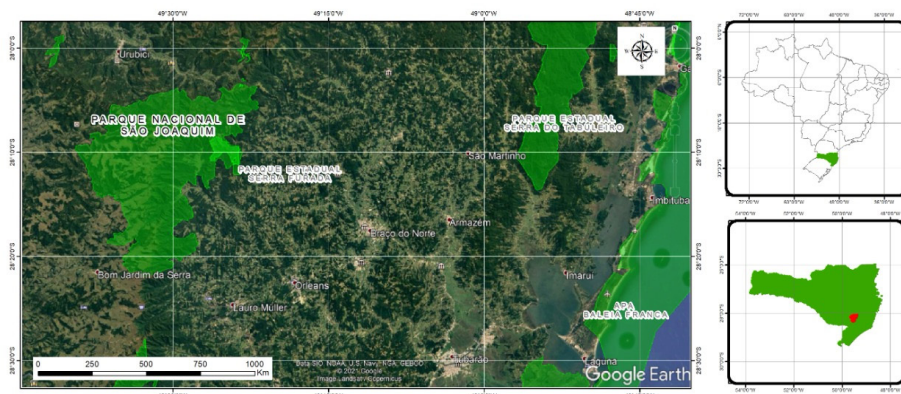


Figura 1 – Mapa de localização do Parque Nacional de São Joaquim.  
Fonte: Elaborado por Pablo Pacheco.

## Coleta e análise de dados

Utilizamos neste estudo uma proposta da Sociologia Pragmática (James *et al.*, 1974; Dewey, 1998) observando como os atores produzem suas práticas. Avaliando o lugar que ocupam as instituições, os equipamentos técnicos, os processos, os instrumentos, os métodos, e a diversidade de expectativas (Frega, 2016; Chateauraynaud, 2017).

Para compreender atores e suas interações e posteriormente relatar o processo, usamos como técnica de coleta de dados a observação participante (Bernard, 2006). O método de observação participante dá ao pesquisador a chance de participar da situação e ao mesmo tempo realizar suas observações e estudos inseridos diretamente no contexto. Na observação participante, o pesquisador se insere numa determinada situação com objetivo de avaliá-la cientificamente, colhendo dados através dessa relação, podendo agir modificando ou sendo modificada por ela (Cicourel, 1990).

Este estudo de caso foi elaborado a partir da observação e participação ativa, em diferentes graus, dos autores deste artigo, servidores do ICMBio, durante todo o processo de elaboração do PUP, de fevereiro de 2018 a março de 2020, qual seja, desde o momento inicial de seleção dos membros que compuseram a câmara técnica de uso público até a revisão final do documento. O processo de elaboração do PUP foi estruturado em reuniões presenciais e trabalhos realizados a distância pelos membros da CTUP, que foram documentadas e registradas em atas ou por e-mails, registros estes que subsidiaram o presente estudo.

Além disso, foram produzidas fichas para mapeamento e diagnóstico de atrativos, que foram preenchidas pelos membros do CTUP (Quadro 1). Tais fichas subsidiaram o diagnóstico e qualificação das áreas de visitação conforme o Rol de Oportunidades de Visitação (ROVUC) (Crema & Faria, 2020), bem como a priorização das áreas de visitação a serem ordenadas e, portanto, foram o ponto de partida para a elaboração do PUP. O ROVUC é uma ferramenta para orientar o processo de planejamento do uso público das unidades de conservação federais, a partir da análise dos ambientes internos e externos da UC e seus atributos biofísicos, socioculturais e de manejo (Crema & Faria, 2020).

Seu objetivo é fazer com que os visitantes alcancem as experiências almeçadas e garantam o máximo de benefícios possíveis, e, para tanto, é necessário o levantamento de informações que tragam a caracterização dos ambientes, realizado preferencialmente de forma participativa.

Quadro 1 – Fichas de mapeamento e diagnóstico de atrativos do Parque Nacional de São Joaquim, em Santa Catarina.

<b>Nome</b>
Município(s) de localização do atrativo
É um atrativo já implementado ou potencial?
Detalhamento sobre o acesso ao atrativo (por estrada/trilha consolidada ou não, motorizado, à pé, bike, nível de dificuldade para acessar o atrativo e grau de isolamento)
Existência de atividades socioculturais associadas
Existe demanda para implementação?
Existe(m) evidência(s) de atividade/ impactos humanos? (ex. estruturas, atividades agrossilvipastoris, lixo, depredações....)
O atrativo já é frequentado?
Passa por ou está inserido em propriedade(s) não indenizada(s)?
Possui sinalização ou interpretação nas trilhas?
Possui edificações e equipamentos facilitadores (ou seja, se existem estruturas que facilitem o acesso ao atrativo tal como pontes, sedes...)
É necessário/possível o pernoite?
Preenche lacuna em relação às atividades ofertadas em nível local?
Passa por ou está inserido em qual(is) zonas de manejo do PNSJ?
Coordenadas Geográficas

Fonte: Elaborado pelos autores.

O presente trabalho, portanto, relata o processo de elaboração do PUP, descrevendo o método adotado pela gestão do PNSJ e o caminho percorrido pelos integrantes da CTUP até a elaboração do documento final; trata-se de um registro de processo que pode vir a contribuir com a condução de iniciativas semelhantes em outras UCs.

## Resultados e Discussão

Dentre as prioridades altas de gestão listadas no Plano de Manejo do PNSJ, consta a elaboração do Plano de Uso Público, entre outras ações voltadas ao ordenamento da visitação.

O zoneamento e as normas constantes no Plano de Manejo foram a base para os debates e entendimentos definidos na minuta de PUP.

A gestão conduziu o processo de elaboração do PUP de forma participativa, envolvendo representantes de distintos setores indicados pelo Conselho Consultivo da Unidade e que possuíam conhecimento e/ou qualificação necessários para contribuir e respaldar este processo. Essa decisão da gestão pautou-se nos princípios e na importância da governança colaborativa, definida pela IUCN como uma forma de governança compartilhada em que a autoridade para tomar decisões e a responsabilidade são de uma agência, mas esta deve, em função de leis ou políticas, informar ou consultar os demais detentores de direitos e interessados diretos no momento de planejar ou implementar iniciativas. O poder e a capacidade de tomar decisões têm grande influência sobre a concretização dos objetivos das áreas protegidas, e o processo de entender e, se necessário, aprimorar a governança é fundamental para a conservação eficaz (IUCN, 2013). A Câmara Técnica de Uso Público (CTUP) foi constituída durante a 18ª reunião do Conselho Consultivo, realizada em julho de 2017, e iniciou seus trabalhos 2 meses após a publicação do PM. A composição final da Câmara técnica contou com os seguintes membros, sendo o ICMBio o coordenador dos trabalhos:

- Caipora Cooperativa para Conservação da Natureza;
- Instituto Serrano de Ecoturismo e Conservação da Natureza (ISECON);
- Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina/ Parque Estadual da Serra Furada (IMA/PAESF);
- Representante de proprietários de imóveis de Grão-Pará;
- Instituto Alouatta;
- Fundação Ambiental Municipal de Orleans (FAMOR);
- Conductor de visitantes do PNSJ, residente em Orleans.

A Câmara técnica trabalhou em reuniões presenciais e por meio de trabalhos à distância e em pequenos grupos. Ao todo foram sete reuniões presenciais entre fevereiro de 2018 e março de 2020 (Quadro 2).

Quadro 2 – Cronologia e resumo dos principais encaminhamentos nas reuniões de elaboração do Plano de Uso Público do Parque Nacional de São Joaquim, em Santa Catarina.

Reunião	Data	Objetivo
1ª	20/02/2018	Levantamento de demandas a serem discutidas pela câmara técnica
2ª	13/11/2018	Apresentação de diretrizes, documentos norteadores e ROVUC (Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação)
3ª	05/02/2019	Elaboração da visão de futuro para o Uso Público no PNSJ; levantamento dos principais atrativos existentes e potenciais
4ª	26/08/2019	Apresentação de roteiro para elaboração do PUP; conclusão do trabalho de levantamento de atividades permitidas em cada zona de manejo; definição dos critérios a serem utilizados para pontuação final e priorização das trilhas; atribuição da pontuação final para cada atrativo e elaboração de lista de prioridades para os trabalhos nos próximos 3 anos
5ª	24/09/2019	Priorização final de atrativos e áreas de visitação e elaboração de um plano estratégico de ação
6ª	12/12/2019	Apresentação da primeira versão do PUP
7ª	05/03/2020	Alterações finais e aprovação do PUP; definição do passo a passo para oficialização das trilhas e pactuação das diretrizes técnicas para uso público na UC

Fonte: Elaborado pelos autores.

Destacam-se, nesse quadro, as principais atividades/deliberações de cada reunião. Na primeira reunião se iniciou o mapeamento dos atrativos/áreas de visitação existentes no PNSJ, tomando como ponto de partida cada zona de manejo (ZM) estabelecida no Plano de Manejo do PNSJ. Contudo, como diversas áreas de visitação/atrativos perpassam por mais de uma zona de manejo, foi proposta uma divisão do trabalho em grupos para melhor condução deste mapeamento. A CTUP se dividiu em dois grupos, um se responsabilizou pelo levantamento de atrativos “Serra Acima” e o segundo grupo pelo levantamento dos atrativos “Serra Abaixo”, sendo que eles se organizaram em consonância com o grau de conhecimento de cada membro da região.



Durante essa reunião, o grupo também entendeu que, para estabelecer prioridades a partir do mapeamento, seria necessário preencher as lacunas sobre as permissões e proibições de atividades em cada ZM, informações que não constam no PM.

Como resultado dessa reunião, a gestão obteve uma planilha consensuada pelo grupo, definindo permissões e proibições a partir dos objetivos, finalidades e usos diferenciados possíveis definidos no Plano de Manejo para cada Zona (Quadro 3).

Quadro 3 – Atividades permitidas por Zona de Manejo do Plano de Manejo (PM) do Parque Nacional de São Joaquim, em Santa Catarina.

<b>Zoneamento pelo Plano de Manejo</b>	<b>Legenda: P: permitido; N: Não Permitido; *nº da norma(s) constante(s) no PM</b>					
Zonas	Intangível	Primitiva	Uso Extensivo	Uso Intensivo	Recuperação	Uso conflitante
Sigla	ZOI	ZOP	ZUEx	ZUI	ZOR	ZUC
Animais de montaria	N	N	*nº25 e 27 ZUEx	*nº36 ZUI	N	P
Abertura de novas trilhas para visitação	N	N	P	P	N	P
Infraestrutura para visitação	N	*nº11 ZOP	P	P	P	P
Trilhas para ciclistas	N	N	P	P	P	P
Trilhas para caminhadas	N	P	P	P	P	P
Atividades de caráter rústico e primitivo	N	P	P	P	P	P
Fogueira	N	N	N	*nº23 ZUI	N	N
Fogareiro	N	P	P	P	P	P
Voos panorâmicos e balonismo *nº 70/71 normas gerais do PM	N	P	P	P	P	P
Escalada	N	P	P	P	P	P
Utilização de veículos terrestres na visitação	N	N	P	P	P	P
Objetivos de cada Zona	Vedadas todas as formas de visitação	Visitação de baixo impacto: rústico ou primitiva	Oferecer acesso aos visitantes e facilidade para fins recreativos	Facilitar a recreação intensiva	Visitação preferencialmente relacionada a ações de sensibilização, conscientização e educação ambiental	Permitido a visitação, ações de sensibilização, conscientização e educação ambiental

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na sequência, destaca-se a elaboração da “Visão de Futuro do Uso Público no PSNJ”. O método de construção foi simples: foram apresentadas algumas visões de futuros já existentes (de empresas e parques nacionais), e cada membro do grupo redigiu em cartões, individualmente, frases ou palavras que traziam maior identificação com o PNSJ e com o futuro do uso público na UC. Todas as tarjetas foram

colocadas à vista e agrupadas por similaridade e o grupo, em plenária, redigiu a primeira versão da visão de futuro:

“Ser uma referência em oportunidades de Uso Público recreativo enquanto ferramenta efetiva para a conservação da biodiversidade e das belezas cênicas, proporcionando o sentimento de pertencimento e a melhoria da qualidade de vida das comunidades do entorno”.

Intercalada com as reuniões, atividades a distância foram realizadas, tais como a elaboração da proposta de matriz para diagnóstico dos atrativos a serem mapeados, preenchidos pelos grupos citados. Como resultado desse trabalho, a gestão obteve uma planilha com o mapeamento de 43 atrativos e seu diagnóstico, contendo as informações sobre cada atrativo, de acordo com o Quadro 1. Essas informações foram pactuadas pelo grupo como as mais relevantes para a elaboração de uma matriz ROVUC e para priorização dos atrativos.

Como principal resultado da 4ª reunião presencial, o grupo definiu critérios de pontuação a serem atribuídos para cada área de visitação/atrativo mapeada, com vistas à definição das prioridades de gestão. O embasamento técnico para a definição desses critérios de priorização foi o documento do ICMBio: Roteiro Metodológico para Manejo e Impactos da Visitação. Nesse roteiro é proposta a elaboração de uma matriz de priorização de lugares/atividades que serão objeto do manejo de impactos da visitação, considerando que em UCs que oferecem diversas atividades de visitação e condições insuficientes para manejo de todas, a priorização indicará aquelas com maior urgência para mitigação de impactos (ICMBio, 2011). No trabalho realizado pela CTUP, utilizamos os critérios indicados neste roteiro, voltados a uma priorização pela necessidade de mitigação de possíveis impactos já existentes nos atrativos mapeados (ex: o atrativo já é frequentado; a implementação do atrativo poderá minimizar impactos já evidentes); contudo, por se tratar de um planejamento de priorização para abertura de novos atrativos, foram agregados outros critérios básicos definidos a partir do conhecimento empírico e pragmático dos integrantes da CTUP (ex: o atrativo passa apenas por áreas regularizadas; o atrativo dispõe de edificações/infraestrutura/equipamentos facilitadores nas proximidades), voltados a uma priorização que considerasse também fatores estratégicos para a gestão. Para cada critério foi estabelecida uma pontuação, assim como orienta o roteiro metodológico do ICMBio, buscando, com isso, minimizar subjetividades na análise dos 43 atrativos mapeados. Os seguintes critérios/pontuação foram utilizados (Quadro 4):

Quadro 4 – Perguntas norteadoras para pontuação dos atrativos e áreas de visitação do Parque Nacional de São Joaquim, em Santa Catarina.

Pergunta / Valor das Respostas (pontos)	1,0	0,5	0,0
O atrativo passa apenas por áreas regularizadas/terras devolutas?	Sim	Parcialmente	Não
O atrativo já está implementado?	Sim	Parcialmente	Não
O atrativo já é frequentado?	Sim	Raramente	Não
O atrativo está inserido na trilha de longo percurso "Caminho das Araucárias"?	Sim	Parcialmente	Não
O atrativo preenche lacuna em relação às atividades ofertadas localmente/no município?	Sim	----	Não
O atrativo, ao ser implementado, poderá minimizar impactos já existentes/constatados? Exemplos: lixo, caça e depredação.	Sim	----	Não
O atrativo já possui tracklog (registro de trajeto)?	Sim	----	Não
O atrativo dispõe de edificações/infraestrutura/equipamentos facilitadores nas proximidades?	Sim	Parcialmente	Não

Fonte: Elaborado pelos autores.

Considerou-se como implantado o atrativo que já possuía infraestrutura mínima, como, por exemplo, sinalização, e, parcialmente implementado, aquele que estava ao menos mapeado pela gestão da UC. Foi considerada a necessidade de incluir os atrativos inseridos no Caminho das Araucárias como prioritários, em atenção às diretrizes institucionais para implementação e consolidação de trilhas de longo curso (Brasil, 2018).

Antes da 5ª reunião, a equipe de servidores do PNSJ aplicou a pontuação e organizou a tabela de atrativos e áreas de visitação, ranqueando-os de acordo com a pontuação final atribuída a cada; esta planilha foi enviada por e-mail para estudo e análise prévios à reunião seguinte.

Para se chegar à tabela final com 14 atrativos priorizados, além de aplicar a pontuação relativa aos critérios listados no quadro 4, durante a 5ª reunião foi feita uma segunda análise/classificação. Essa segunda classificação considerou a lista geral dos atrativos melhor pontuados (ou seja,



com maior indicação de priorização), e, entre esses, estabeleceu-se a necessidade de incluir, obrigatoriamente:

1. atrativos de naturezas distintas (trilhas de médio e longo curso, cavalgada, banho de cachoeira, por exemplo); essa indicação consta no manual ROVUC do ICMBio, que reforça a necessidade de diversificação de experiências como uma oportunidade de atender melhor às expectativas dos visitantes e assim aumentar as chances de retorno, contribuindo com a economia local e provavelmente tornando-os apoiadores da conservação em UCs (Crema & Faria, 2020);
2. atrativos situados na parte alta e baixa da serra, em virtude da reconhecida demanda por parte do *trade* turístico e de condutores residentes nos municípios situados “serra abaixo” para também serem contemplados com a abertura de novos atrativos;
3. duas trilhas situadas em propriedades ainda não indenizadas, pelo seu potencial para a visitação, relevância histórica, e, especialmente, por já terem uso intensivo e desordenado. Evidentemente, tratativas posteriores à oficialização do PUP serão necessárias junto aos proprietários.

Ainda nesse 5º encontro da CTUP, o grupo delimitou o espaço de tempo de três anos, a serem contados a partir da publicação oficial do PUP pelo ICMBio, para implementação das áreas de visitação prioritárias. Com esse horizonte temporal definido, a CTUP elaborou um plano de ação para implementação dos atrativos priorizados, com indicativo de metas de manejo, responsáveis e prazos; foi feita uma avaliação e dimensionamento dos trabalhos, bem como, foi indicada nesse plano de ação a necessidade de parcerias, promoção de voluntariados e aporte de recursos financeiros e humanos para as ações.

Os resultados dos trabalhos da CTUP e aprovação da minuta do PUP foram apresentados durante a 24ª reunião do Conselho Consultivo do PNSJ, sendo aprovado pelos conselheiros e conselheiras presentes. Assim, a partir da tabela de pontuação com o ranqueamento dos atrativos, chegou-se a uma tabela final com 14 áreas de visitação prioritárias e atividades a serem ofertadas em cada uma, de acordo com sua classificação

ROVUC (Apêndice 1), além de um plano de ação estratégico para viabilizar a implementação dessas áreas.

Destacaram-se nesse período os trabalhos realizados a distância, tais como a complementação da matriz de atrativos e as revisões finais do documento. Como resultado dos debates realizados ao longo das reuniões, foram levantadas e compiladas orientações e diretrizes para o uso público na UC, complementares às já indicadas no Plano de Manejo. Um exemplo disso, foi a definição de um fluxograma necessário para formalização da abertura dos atrativos que compreende: elaboração de relatório para abertura de trilha; aprovação do relatório pela equipe gestora do parque; ações prévias mínimas, necessárias para a abertura da trilha; oficialização da abertura e aprovação pela chefia da UC; após aprovação pela chefia da UC, divulgação da abertura do atrativo junto ao *trade* turístico e mídias. A necessidade de elaboração deste fluxograma, bem como as diretrizes complementares que emergiram ao longo dos debates, foram levantados ao longo do processo pelos integrantes da CTUP, evidenciando a importância de construção de um processo a várias mãos, que possibilitou agregar temáticas de relevância para a gestão no documento final. O trabalho técnico, ou seja, esse passo a passo relatado dos trabalhos conduzidos nas reuniões e trabalhos a distância, resultou em um documento que reflete a realidade local, executivo, que supriu lacunas de diretrizes, apontou estratégias claras para o ordenamento do uso público na UC e definiu o Rol de Oportunidades de Visitação, ou seja, o portfólio de áreas de visitação a serem implementadas prioritariamente.

Um aspecto importante a ser citado sobre o processo de elaboração do documento diz respeito à importância do diálogo, apoio e supervisão técnica ao longo de todo o processo, entre gestão da UC e a Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP), responsável pelo planejamento do uso público. Isso permitiu que o PUP estivesse em consonância com o roteiro “Orientações metodológicas para elaboração de Planos de Uso Público em Unidades de Conservação” (Crema & Faria, 2019). Ainda que esse último documento tenha sido publicado posteriormente ao início dos trabalhos no PNSJ, o alinhamento conceitual junto aos técnicos da CGEUP, bem como o conhecimento das normativas e roteiros vigentes (ICMBio, 2018a; Crema & Faria, 2019, 2020),

asseguraram a adequação do PUP às exigências e recomendações institucionais.

Como resultado da opção por conduzir um processo participativo, tem-se, além de uma maior legitimidade conferida ao processo, o efetivo compromisso do grupo com a continuidade do trabalho. Unidades de conservação estadunidenses que tem uma forte participação social através de seus conselhos apresentam melhores resultados (Foster, 2020). As ações posteriores para implementação do PUP foram definidas em um plano de ação que estabeleceu metas compartilhadas, etapa de extrema importância, dada a equipe enxuta do PNSJ de quatro analistas, que acumulam todas as funções de gestão de um Parque Nacional para além dos trabalhos de ordenamento do uso público (fiscalização, educação ambiental, apoio à pesquisa, gestão administrativa de contratos e patrimonial, combate a incêndios, programas de voluntariado, entre outros). Cumpre ressaltar que a implementação das 14 áreas de visitação prioritárias demandará muito mais esforços do que a elaboração do PUP, posto que estamos falando em ações de manejo de trilhas, sinalização e monitoramento de aproximadamente 93km de trilhas.

Quando gestores e a sociedade são parceiros nos usos e soluções sustentáveis e na proteção da UC, isso minimiza ou elimina ameaças externas (Neiva *et al.*, 2013). Entretanto, existem muitos desafios a serem superados quanto à garantia da participação efetiva da sociedade na gestão (Zafra-Calvo *et al.*, 2019), que, por alguns governos, ainda é excluída (Wang, 2019). Assim, a decisão por um método participativo para a elaboração do PUP se mostrou pertinente como estratégia de promoção da governança colaborativa. Como resultado, a gestão da UC apresenta um documento que responde às políticas e demandas de ordenamento do uso público, buscando consolidar o turismo de natureza como ferramenta de conservação, ao maximizar os efeitos positivos da visitação (Crema & Faria, 2019).

Ressalta-se que, embora alguns atrativos não tenham sido imediatamente contemplados por não terem sido considerados como prioritários, essa decisão poderá ser reavaliada em etapas futuras de revisão do PUP. Na Alemanha, quando abertas, as áreas protegidas tiveram o número de visitantes duplicado em comparação com anos anteriores (Derks *et al.*, 2020), isso nos mostra o fluxo de visitantes que está sendo reprimido na pandemia e que as estratégias devem ser revistas

de acordo com as necessidades; um atrativo que tenha sido classificado no PUP inicialmente sem demanda, no futuro pode se constituir em uma alternativa para evitar aglomerações causadas por uma demanda que estava reprimida, que sem a pandemia não teria acontecido.

## Conclusão

Sob o ponto de vista dos e das integrantes da CTUP, o método para a elaboração do PUP, ou seja, partindo de um balizamento quanto às orientações técnicas institucionais, seguido do mapeamento de atrativos/áreas de visitação, passando pela definição de critérios, priorização, estabelecimento de visão de futuro e diretrizes complementares ao Plano de Manejo, resultou em um documento objetivo, exequível e relevante para nortear os trabalhos dos gestores(as) e parceiros(as) nas ações de ordenamento de uso público da UC.

Ressalta-se, ainda, que as instituições, usuários e sociedade civil integrantes da CTUP participaram ativamente e com comprometimento durante todo o processo, atendendo não só as expectativas dos gestores(as) da UC de promoção de uma gestão participativa, mas, principalmente, contribuindo para uma maior legitimidade e qualificação do documento final. A consolidação dessas parcerias foi essencial, na medida em que, mesmo após a finalização do documento, esses parceiros se comprometeram igualmente com ações de implementação do PUP.

O PUP foi oficializado e publicado no Diário Oficial da União em 29/04/2021. Ressalta-se, contudo, que o ordenamento do UP não se finda nesse documento, pelo contrário, se inicia agora com a implantação das áreas de visitação priorizadas, avaliação continuada, revisões e adequações no documento quando julgadas necessárias. A elaboração do PUP não produziu um plano definitivo, mas um documento dinâmico e flexível, na medida que poderá ser reorientado a partir de sua implementação ou de mudanças de cenário. A proposta, assim, é que o PUP seja um documento mais dinâmico que o Plano de Manejo, para proporcionar maior efetividade na gestão e na implementação da UC e impacto positivo na qualidade dos serviços prestados pelo parque.

O fortalecimento e ampliação das estratégias

de governança também será estratégico na continuidade deste processo, qual seja, nas etapas de apresentação do documento para a sociedade, estabelecimento de novas parcerias para implementação das áreas de visitação priorizadas, mapeamento contínuo e ampliado dos atrativos e em etapas futuras de revisões ou atualizações do PUP. Ainda que tenha se tratado de um processo participativo, a representatividade pode/deve ser ampliada em etapas posteriores. Outras unidades de conservação que apresentem o mesmo grau de complexidade do PNSJ, que envolve, por exemplo, conflitos de regularização fundiária, mas têm potencial para o ecoturismo, podem utilizar-se desse estudo de caso, suas contribuições técnicas e metodológicas, na elaboração de seus planos de uso público, desde que sejam, evidentemente, adequadas ou adaptadas às realidades locais.

### Agradecimentos

Agradecemos ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em especial aos colegas da Coordenação Geral de Uso Público e Negócios, pelo apoio técnico e financeiro dado para a elaboração do plano de uso público; a toda a equipe de funcionários do Parque Nacional de São Joaquim e aos membros da Câmara Técnica de Uso Público.

### Referências

Bennet NJ, Satterfield T. Environmental governance: a practical framework to guide design, evaluation, and analysis. *Conservation Letters*, 2018. Doi: 10.1111/conl.12600

Bernard HR. 2006. *Research methods in Anthropology: Qualitative and quantitative approaches*. 4ed. New York: Altamira Press, 824p.

Brasil. 1961. Decreto Federal nº 50.922, de 06 de julho de 1961. Cria o Parque Nacional de São Joaquim no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências. Presidência da República. < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50922-6-julho-1961-391124-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 25/04/2021.

Brasil. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da Assembleia Constituinte de 1988 – Dep. Fed. Ulysses Guimarães < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 25/04/2021.

Brasil. 2000. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Presidência da República. < <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/101710/lei-9985-00>> Acesso em: 25/04/2021.

Brasil. 2007. Lei Federal nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes. Presidência da República < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11516.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11516.htm)> Acesso em: 25/04/2021.

Brasil. 2012. Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012. Novo Código Florestal - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. Presidência da República. < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm)> Acesso em: 25/04/2021.

Brasil. 2016. Lei Federal nº 13.273 de 15 de abril de 2016. Altera os limites do Parque Nacional de São Joaquim, no Estado de Santa Catarina. Presidência da República. < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13273.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13273.htm)> Acesso em: 25/04/2021.

Brasil. 2018. Portaria conjunta (MMA/Mtur) nº 407, de 26 de março de 2018. Implementa a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso. Ministério do Meio Ambiente. Available at: <https://www.mma.gov.br/informma/item/15168-governo-federal-lanca-rede-de-trilhas-de-longo-percurso.html> Retrieved on: February 26, 2020.

Castilho PV, Omena MTRN, Taniwaki MH. 2014. Parque Nacional de São Joaquim: Portal do Conhecimento. São Paulo; Belém: Ed. Santarém. 233p.

Chateauraynaud FA. Captura como experiência, investigações pragmáticas e teorias do poder. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, 2017. <https://doi.org/10.17666/329504/2017>.

Cicourel A. 1990. Teoria e método em pesquisa de campo. p. 87-121. In: Guimarães, A. Z. (org.). *Desvendando máscaras sociais*. São Paulo: Francisco Alves. 263p.

Correia RA, et al. Culturomic assessment of Brazilian protected areas: Exploring a novel index of protected area visibility. *Ecological Indicators*, 85, 165-171, 2018.

Crema A, Faria PE. 2019. Orientações metodológicas para elaboração de Planos de Uso Público em Unidades de Conservação. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 22p. < [https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/orientacoes\\_metodologicas\\_para\\_elaboracao\\_de\\_planos\\_de\\_uso\\_publico\\_em\\_ucs\\_federais.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/orientacoes_metodologicas_para_elaboracao_de_planos_de_uso_publico_em_ucs_federais.pdf)>. Acesso em: 20/04/2021.



- Crema A, Faria PE. 2020. Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação – ROVUC. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2ª Ed. 38p. <: <https://www.icmbio.gov.br/portal/publicacoes?showall=&start=5>>. Acesso em: 25/04/2021.
- D’Amico AR, Coutinho EO, Moraes LFP (Org.). (2018). Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais. Brasília: ICMBio. 208p. <[https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/roteiros/roteiro\\_metodologico\\_elaboracao\\_revisao\\_plano\\_manejo\\_ucs.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/roteiros/roteiro_metodologico_elaboracao_revisao_plano_manejo_ucs.pdf)> Acesso em: 20/04/2021.
- Derks J, Giessen L, Winkel G. COVID-19-induced visitor boom reveals the importance of forests as critical infrastructure. *Forest Policy and Economics*, 118 (102253), 2020. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2020.102253>.
- Dewey, J. Excertos de “O público e seus problemas” (1927). In: Hickmean, L. A.; Alexander, T. *The Essential Dewey*, vol. 1: Pragmatism, education, democracy. Indiana: Indiana University Press, 1998.
- Foster M. Examining Collaboration within U.S. National Park Service Advisory Committees *Journal of Park & Recreation Administration*, v.38 (4), 75-89, 2020. Doi: <https://doi.org/10.18666/JPra-2020-10047>.
- Frega R. 2016. Qu’est-ce qu’une pratique? P. 321-347. In: Cohen, Y.; Chateauraynaud, F. *Histoires pragmatiques*. Paris: EHESS, 392p Doi: <https://doi.org/10.4000/books.editionsehess.12219>.
- ICMBio. 2011. Portaria nº 46 de 30 de junho de 2011. Cria o Conselho consultivo do Parque Nacional de São Joaquim. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Brasília, DF.
- ICMBio. 2014. Conselhos gestores de Unidades de Conservação Federais – um guia para gestores e conselheiros. Brasília, DF, 75p. < <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/guia-conselhos-2014.pdf>>.
- ICMBio. 2018a. Instrução Normativa nº 5, de 1º de julho de 2018. Dispõe sobre diretrizes e procedimentos administrativos para o monitoramento da visitação em UCs. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília, DF < [https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/intrucao\\_normativa\\_5\\_2018.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/portarias/intrucao_normativa_5_2018.pdf)>
- ICMBio, 2018b. Portaria nº 811 de 21 de setembro de 2018. Homologa o Plano de Manejo do Parque Nacional de São Joaquim. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília, DF.
- ICMBio. 2021. Painel dinâmico. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade < [http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc2.htm?document=painel\\_corporativo\\_6476.qvw&host=Local&anonymous=true](http://qv.icmbio.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc2.htm?document=painel_corporativo_6476.qvw&host=Local&anonymous=true)> Acesso em: 01/04/2021.
- IUCN. 2008. Guidelines for Management Planning of Protected Areas. International Union for Conservation of Nature, Gland, Switzerland. 86p.
- IUCN. 2013. Governança de Áreas Protegidas: da compreensão à ação. International Union for Conservation of Nature, Gland, Switzerland. 144p.
- James W, Dewey J, Veblen T. 1974. Pragmatismo: textos selecionados. São Paulo: Abril Cultural.
- Magro TC, et al. Identifying Threats, Values, and Attributes in Brazilian Wilderness Areas. *RMRS-Proceedings* 49, 319-322, 2007. Disponível em < <https://www.fs.usda.gov/treearch/pubs/31048>>
- Neiva A, et al. 2013. Lições aprendidas sobre participação social na elaboração de planos de manejo de unidades de conservação: comunidade de ensino e aprendizagem em planejamento de unidades de conservação. WWF-Brasil. 66p.
- Souza TVSB, Simões HB. 2019. Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira - Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2018: Sumário Executivo. ICMBio. Brasília. 19p. < [https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/agenda-presidente/contribui%C3%A7%C3%B5es\\_Economicas\\_do\\_Turismo\\_-\\_final\\_-\\_web.pdf](https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/agenda-presidente/contribui%C3%A7%C3%B5es_Economicas_do_Turismo_-_final_-_web.pdf)> Acesso em: 25/04/2021.
- Zafra-Calvo N, et al. Progress toward Equitably Managed Protected Areas in Aichi Target 11: A Global Survey. *Bioscience*, v.XX, n.X, 2019. Doi: <https://academic.oup.com/bioscience/advance-article/doi/10.1093/biosci/biy143/5253356>.
- Wang JZ. National parks in China: Parks for people or for the nation? *Land Use Policy*, 81, 825-833, 2019. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.10.034>



APÊNDICE 1 – Descrição das áreas de visitação prioritárias, atividades a serem ofertadas e classificação segundo o ROVUC.

Descrição	Atividades ofertadas	Classe ROVUC
O recanto Santa Bárbara oferece trilhas de curto, médio e longo percurso. A referência para o início das trilhas é alojamento Santa Bárbara, situado na estrada geral de Santa Bárbara, nas coordenadas 28° 8.31.18»S e 49° 38.7.02»O, aonde o visitante assina um livro de registro e o termo de reconhecimento de riscos . A partir da Sede é possível fazer a Trilha da Goiabinha, com extensão aproximada de 1,5km, até chegar na cachoeira do Xaxim; a trilha da Cascatinha, com 2,0km de extensão que leva até a Cascatinha; a trilha das 3 quedas, com extensão de 3,0km, chegando em 3 quedas com possibilidade de banho e a Trilha dos Guardiões Mirins, um trajeto curto de aprox. 1km de ida e volta até o leito do Rio Morro Grande, próprio para crianças. No trajeto até a trilha da cascatinha também é possível fazer parte do caminho das araucárias, seguindo em direção ao antigo Cemitério Histórico. As trilhas possuem níveis de dificuldade e cruzam por paisagens distintas	Caminhada, banho de cachoeira, área de piquenique, observação de fauna, <i>camping</i> e abrigo	SEMINATURAL
Este percurso compõe parte do Caminho das Araucárias, sendo uma extensão da Travessia Rio do Bispo – Morro da Igreja e engloba a Trilha das Nascentes do Rio Pelotas. Tem início nas coordenadas (WGS 84) 28°07'14,4" S / 49°29'24,7" O, junto à Estrada do Morro da Igreja, no acesso ao Morro Preto, onde existe atualmente antena repetidora de telecomunicações do Sistema Catarinense de Comunicação (SCC). Leva à borda da Serra, de onde se tem ampla vista panorâmica da região, acompanhando, em seguida, o curso do Rio Pelotas, cujas nascentes encontram-se em local próximo. Por fim, atinge a estrada de Santa Bárbara, seguindo em direção à rodovia SC 110 e deixando o Parque Nacional de São Joaquim junto ao Alojamento Santa Bárbara. Sua extensão é de cerca de 27km, percorrendo áreas de turfeiras, floresta ombrófila mista, campos nativos e estrada rural. Há travessias do Rio Pelotas em dois pontos e presença de pequenas cachoeiras ao longo do percurso, bem como vários pontos de grande beleza cênica	Caminhada, banho de rio/cachoeira, observação de fauna, acampamento, vista panorâmica	PRÍSTINA
Este percurso é parte do Caminho das Araucárias e uma extensão da Travessia Morro da Igreja – Santa Bárbara. Adentra a área do Parque Nacional de São Joaquim nas coordenadas (WGS 84) 28°04'36,2" S / 49°25'09,8" O, podendo ser acessada tanto por este ponto na estrada de acesso ao Morro da Igreja quanto por estrada rural municipal (estrada do Rio do Bispo) a partir da rodovia SC 370, na localidade do Rio do Bispo, município de Urubici - SC. O percurso é de cerca de 13km na área interna do Parque Nacional, combina trechos de estradas antigas, onde já não circulam mais veículos, com trilhas em matas e áreas de campo nativo. Esta travessia apresenta grande desnível altitudinal, de mais de 700m, com forte subida a partir do Rio do Bispo, tornando-se relativamente plana na etapa final, quando acessa a Estrada do Morro da Igreja pela antiga propriedade do Sr. Carlos Zilli	Caminhada, banho de rio/cachoeira, observação de fauna e acampamento	PRÍSTINA
Percurso realizado totalmente em asfalto, com plena acessibilidade. A partir da área urbana de Urubici são 12km pela rodovia SC-370 e em seguida mais 6,5km pela Estrada do Morro da Igreja até o portal de acesso do Parque Nacional de São Joaquim. Dentro da unidade de conservação, a estrada segue por mais 9,2 km até o estacionamento e mirante, junto ao portão do DTCEA – MDI, destacamento da Aeronáutica que opera um radar de defesa aérea e controle do tráfego aéreo na região sul do Brasil. O Morro da Igreja é um dos pontos mais altos de Santa Catarina, com 1.822m de altitude. Do mirante é possível a visualização das encostas da Serra Geral, da localidade de Três Barras, no município de Orleans e dos Campos de Santa Bárbara. Mas o principal atrativo da paisagem é a Pedra Furada, curiosa formação rochosa que é um dos pontos mais emblemáticos da região serrana catarinense e o atrativo cênico mais visitado do Parque Nacional de São Joaquim. Além do mirante, a estrada do Morro da Igreja permite o acesso ao início dos trechos de travessia Morro da Igreja – Santa Bárbara, Morro da Igreja – Rio do Bispo, Caiambora – Xaxim e à Trilha das Nascentes do Rio Pelotas. Na via, pelas suas características de traçado, íngreme, estreito e sinuoso, é permitido o tráfego apenas de veículos motorizados leves, vans e micro-ônibus, além de bicicletas. Pela ausência de calçadas, recuos ou acostamento, não é possível fazer o percurso a pé	Visitação de veículo, vista panorâmica, mirante, centro de visitantes e atividades concessionadas	SEMINATURAL
A trilha das Nascentes do Rio Pelotas se inicia na coordenada geográfica 28°07'14,4" S / 49°29'24,7" O, e segue por uma estrada precária até o topo do Morro Preto, onde há uma estrutura de antena repetidora de telecomunicações do SCC e um mirante para o vale do Morro da Igreja, de onde pode-se observar a Pedra Furada por um ângulo diferente ao do mirante do Morro da Igreja. Percorre, na direção sul, 5,60 km passando por campos úmidos de turfeiras, matilhas nebulares e vegetação ombrófila mista até alcançar a borda da serra geral na coordenada geográfica ,28°08'45" S / 49°29'25,98" O de onde avista-se a localidade de Três Barras e o Rio Laranjeiras no fundo do vale. A trilha possui elevação mínima de 1.529m de altitude e elevação máxima de 1.790m de altitude	Caminhada, banho de rio/cachoeira, observação de fauna e vista panorâmica	PRÍSTINA

<p>A Trilha do Morro Comprido, também chamada popularmente de Pirâmide, se inicia na coordenada geográfica 28°16'57,78"S/W49°33'30,18"O em frente à propriedade Sítio Terras do Sul e adentra o Parque Nacional de São Joaquim na coordenada geográfica 28°04'36,54" S/49°25'9,96" O. Percorre-se na direção oeste, 3,8km, passando vegetação ombrófila mista e campos até chegar no cume do Morro Comprido, a 1.483m de altitude na coordenada geográfica 28°05'15,48" S/49°23'55,92" O. O trajeto de retorno é feito pelo mesmo caminho. A trilha possui elevação mínima de 984m de altitude e elevação máxima de 1.843m de altitude</p>	<p>Caminhada, vista panorâmica e trilha noturna.</p>	<p>PRÍSTINA</p>
<p>A Trilha pelo leito do Rio do Bispo se situa na direção nordeste do Parque, sendo possível chegar de carro muito próximo ao seu início, no ponto 28°04'36,54" S / 49°25'9,96" O. A entrada se dá passando pela propriedade particular Sítio Terras do Sul, 22km distante do centro de Urubici sentido Serra do Corvo Branco pela SC 370. A trilha tem início no entorno do Parque e segue totalmente inserida em sua Zona de Uso Extensivo. São 4,3km de caminhada até a Cachoeira Arroio Boca da Serra, altitude máxima de 1.070m e aclave acumulado de 150m. O percurso até a cachoeira é em sua maior parte plano, cruza por diversas vezes o Rio do Bispo e perpassa por áreas abertas de campo, matas de araucária, mata ciliar e de encosta e áreas em recuperação com predominância das "vassouras"</p>	<p>Caminhada, banho de rio/cachoeira e observação de fauna</p>	<p>PRÍSTINA</p>
<p>O Caminho de São Pedro possui aproximadamente 5km de extensão. Localiza-se na comunidade de Serra Furada, município de Grão-Pará, e seu acesso se dá por estrada de terra até o final dessa via, na Fazenda Rancho Alegre, onde situa-se a Pousada das Pirâmides. Inicia-se nas coordenadas geográficas 28°7'57.20"S / 49°25'8.83"O, tendo como referência a propriedade do Sr. Celso de Souza, até onde é possível chegar com veículo convencional. A trilha começa com uma altitude de 595m em área de pastagem com remanescentes de Floresta Ombrófila Densa. Segue-se cerca de 200m em sentido nordeste até atravessar o Rio Braço Esquerdo, continuando por área de pastagem em sentido norte por uma estrada antiga até adentrar em mata fechada. Deste ponto segue-se até primeira bifurcação e continua-se à esquerda quando o caminho se torna mais íngreme até 1.265m de altitude, já no município de Urubici, nas coordenadas 28°7'1.73"S / 49°24'48.07"O, com vegetação de Campos de Altitude. O retorno se dá pelo mesmo caminho. Existe a possibilidade de se caminhar até a Serra do Engenheiro ou até o Rio do Bispo</p>	<p>Caminhada, cavalgada e observação de fauna</p>	<p>PRÍSTINA</p>
<p>A Estrada de Santa Bárbara inicia-se junto à rodovia estadual SC-110, a 19 km da área urbana de Urubici, nas coordenadas (WGS 84) 28°07'45,6" S / 49°39'25,6" O. Em um percurso de 41km, liga este ponto à área urbana de Bom Jardim da Serra. Ao longo de quase 20 km atravessa áreas do Parque Nacional de São Joaquim, cruzando trechos de campos de altitude nativos, acompanhando parte do curso do Rio Pelotas e possibilitando acesso a atrativos como o Morro do Baú, o Cemitério Histórico e o Cânion Laranjeiras. O leito de terra, com abundância de pedras, apresenta condições de trafegabilidade razoáveis, não requerendo tração integral, porém sendo mais adequado para veículos altos. Em momentos de forte precipitação pode apresentar bloqueio temporário por alagamento nas diversas pontes ao longo do trajeto. O baixo fluxo de veículos e a beleza da paisagem tornam esta estrada atrativa também para percursos de bicicleta, cavalgadas ou caminhadas. A altitude máxima atinge os 1.692m no leito da estrada</p>	<p>Caminhada, ciclismo, visita de veículo, vista panorâmica e cavalgada</p>	<p>NATURAL</p>
<p>A Trilha da Pedra Furada se inicia na coordenada geográfica 28°07'13.44"S/49°28'45.12"O. O equivalente ao primeiro portão de DTCEA-MDI na estrada geral do Morro da Igreja. Percorre, na direção sul, 4 km, passando por campos úmidos e matilhas nebulares até chegar ao interior da formação rochosa conhecida como Pedra Furada. O percurso é por terreno acidentado e em declive, sendo a elevação mínima de 1.590m de altitude e elevação máxima de 1.760m de altitude. Esta trilha ocorre parcialmente dentro de área militar sob o controle da Força Aérea Brasileira, que condicionou sua realização à obrigatoriedade de contratação de condutor credenciado pelo PNSJ</p>	<p>Caminhada, vista panorâmica e escalada em alguma via próxima à pedra furada</p>	<p>PRÍSTINA</p>
<p>A Trilha da Serra do Imaruí possui aproximadamente 5km de extensão. Localiza-se na comunidade de Três Barras, município de Orleans e seu acesso se dá por estrada de terra na bifurcação à esquerda antes da Igreja da comunidade. Inicia-se na coordenada geográfica 28°14'14.28"S/49°29'55.25"O, tendo como referência a propriedade do Sr. Décio Rafael Silvestre, até onde é possível chegar com veículo convencional. A trilha começa com uma altitude de 514m em área de pastagem com remanescentes de Floresta Ombrófila Densa, de onde se caminha 1,8km na direção oeste até atravessar o Rio da Serra, seguindo paralelamente em mata fechada até a Gruta de Nossa Senhora Aparecida. Daí em diante a subida torna-se mais íngreme até chegar aos 1.359m de altitude, já no município de Bom Jardim da Serra, nas coordenadas 28°15'1.78"S / 49°32'12.85"O, com vegetação de Campos de Altitude e Floresta Ombrófila Mista. O retorno se dá pelo mesmo caminho. Existe a possibilidade de se caminhar até a borda do Cânion das Laranjeiras, seguindo-se 1,1km na direção sul</p>	<p>Caminhada, banho de rio e observação de fauna</p>	<p>PRÍSTINA</p>



<p>A Trilha da Serra do Engenheiro possui aproximadamente 3km de extensão. Localiza-se na comunidade de Capivaras Alta, município de Grão-Pará, e seu acesso se dá por estrada de terra até o final dessa via, onde é possível chegar de veículo convencional, na propriedade de Henrique Schillickman. Inicia-se nas coordenadas geográficas 28°6'43.32"S/49°22'58.79"O, com 678m de altitude. A partir do galpão percorre-se 0,6 km no sentido noroeste pela pastagem até adentrar a mata, continuando por caminho bem marcado em meio à Floresta Ombrófila Densa até chegar aos 1.334m de altitude, quando já se encontra os Campos de Altitude, nas coordenadas 28° 6'27.97"S / 49°23'42.19"O, município de Urubici, próximo ao curso d'água Arroio Boca da Serra. Para contemplar a paisagem, existe a possibilidade de se caminhar no sentido sul cerca de 0,7km até a borda da serra ou seguir 1,4km no sentido oeste. Após a subida da Serra do Engenheiro, percorre-se 9,2km até a localidade Rio do Bispo, por trajeto onde houve a estrada do Rio do Bispo, acessando na parte externa no PNJS o Sítio Terras do Sul. Como opção, após a subida da Serra do Engenheiro é possível o deslocamento até a região da Serra Furada</p>	<p>Caminhada, cavalgada, avaliar possibilidade para ciclismo, vista panorâmica, acampamento e observação de fauna</p>	<p>PRÍSTINA</p>
<p>A travessia inicia na coordenada geográfica 28°06'38.88"S / 49°29'57"W exatamente no "portão azul", de acesso à antiga fazenda Canhambora. Do portal do parque até a entrada da trilha, são 5,5km de asfalto. A trilha inicia com uma descida longa e técnica, por uma estrada de terra com muitas pedras, que se estende até a antiga sede da fazenda. Após esse trecho, a trilha vira um <i>single track</i> bastante técnico, com muitas pedras, lama e passagens de pequenos riachos. A trilha tem um total de 11,5km dentro dos limites do Parque Nacional, sendo 5,5km dentro de áreas regularizadas. A trilha termina na coordenada geográfica 28°04'11.28"S / 49°33'54.96"W até a estrada municipal do xaxim (UCI 037). A partir deste ponto são 2 caminhos, ou seguir pela estrada municipal, cerca de 6 km até a SC 110 na altura da localidade do Xaxim/Mundo Novo. Ou descer a trilha da Pedra Branca, (trecho extremamente técnico) saindo no vale do Rio Urubici (Baiano), na propriedade do Sr. José Natalino, no sítio Encanto da Natureza, cerca de 4km. Trilha indicada para ciclistas experientes e também para caminhadas</p>	<p>Ciclismo, vista panorâmica, caminhada e banho de rio</p>	<p>NATURAL</p>

Biodiversidade Brasileira – BioBrasil.  
 Edição Temática: Gestão do Uso Público: Turismo e Lazer em Áreas Protegidas  
 n. 3, 2022  
<http://www.icmbio.gov.br/revistaeletronica/index.php/BioBR>  
 Biodiversidade Brasileira é uma publicação eletrônica científica do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que tem como objetivo fomentar a discussão e a disseminação de experiências em conservação e manejo, com foco em unidades de conservação e espécies ameaçadas.  
 ISSN: 2236-2886